

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO : 12\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seis meses. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMARIO

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA:

Despacho:

Concedendo delegação ao Director-Geral das Alfândegas para a resolução de determinados assuntos.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 14/77:

Manda distribuir as verbas globais atribuídas ao Serviço Nacional de Viação.

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Coordenação Económica:

Direcção-Geral das Alfândegas.

Ministério da Educação e Cultura:

Direcção Nacional da Educação.

Ministério da Saúde e Assuntos Sociais:

Direcção Nacional de Saúde.

Ministério da Justiça:

Repartição de Gabinete.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros

NOTA: — Nos dias 31 de Dezembro de 1976 e 7 de Abril findo foram publicados dois Suplementos aos Boletins Oficiais n.ºs 52/76 e 14/77, respectivamente, com os seguintes sumários:

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR:

Lei n.º 1/77

Aprova o Orçamento geral do Estado para o ano económico de 1977.

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Lei n.º 115/76:

Cria e regulamenta o imposto de circulação de veículos automóveis no País.

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 73/76:

Aprova o distintivo da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Despacho

1. Delego no Director-Geral das Alfândegas, a resolução dos seguintes assuntos:

- Assinatura de correspondência com carácter de rotina e que não envolva tomada de qualquer resolução;
- Autorizar a deslocação de funcionários em serviço dentro do País;

- c) Pedidos de licenças disciplinares feitos pelo pessoal dos diversos quadros das Alfândegas;
- d) Restituição de documentos entrados nas Alfândegas para instruir pretensões de que os interessados tenham desistido ou que já tenham caducado, ou autorização para a sua substituição por públicas-formas ou fotocópias autenticadas;
- e) Encontro de direitos e de outras imposições fora do mesmo ano económico — artigo 491.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas;
- f) Levantamento de mercadorias pelos Serviços Oficiais, mediante termos de responsabilidade, a que se refere o § 3.º do artigo 877.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas;
- g) Concessão dos regimes de importação e de exportação temporárias, abrangendo as respectivas prerrogações;
- h) Endossos dos títulos de encontro;
- i) Reexportação de materiais destinados à construção e aparelho de embarcações, a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38 816, de 26 de Julho de 1952;
- j) Garantia dos direitos e demais imposições aduaneiras a que se refere o § 2.º do artigo 84.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas;
- l) Prorrogações dos prazos de armazenagem das mercadorias existentes nos armazéns alfandegados e afiançados, nos termos do artigo 797.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas;
- m) Concessão de isenção de direitos respeitantes a mercadorias destinadas ao Estado, previstas em competentes diplomas legais, designadamente as constantes do Decreto n.º 41 024, de 28 de Fevereiro de 1957 e as referidas nos Quadros III e III-A das Instruções Preliminares das Pautas, aprovadas pelo Decreto n.º 41 026, de 9 de Março de 1957;
- n) Concessão de isenção de direitos respeitantes a mercadorias destinadas à Cruz Vermelha de Cabo Verde e à Cáritas Cabo-verdiana, previstas no artigo 8.º do Decreto n.º 38 154, de 19 de Janeiro de 1951, na nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 47 878, de 31 de Agosto de 1967;
- o) Concessão de isenção de direitos e demais imposições e da taxa de emolumentos gerais aduaneiros, previstas no artigo 8.º do Decreto n.º 606/73, de 14 de Novembro, na nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 4.º do Decreto n.º 62/74, de 18 de Fevereiro, para plantas, sementes, adubos, insecticidas e outros produtos destinados à cultura e desinfeção de produtos agrícolas;
- p) Concessão de isenção de emolumentos gerais aduaneiros, prevista no artigo 11.º do Decreto n.º 36 964, de 10 de Julho de 1948, respeitante ao material destinado ao equipamento do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral», bem como os géneros e artigos, indispensáveis à sua manutenção e exploração, exclusivamente destinados aos seus serviços;
- q) Concessão de isenção de emolumentos gerais aduaneiros, prevista no artigo único do Decreto n.º 47 950, de 19 de Setembro de 1967, para todo o material destinado ao funcionamento do Departamento de Dessalinização da Água de S. Vicente;
- r) Concessão de isenção da taxa de emolumentos gerais aduaneiros, nos termos do estabelecido no artigo único do Decreto n.º 47 950, de 19 de

Setembro de 1967, conjugadamente com o despacho ministerial de 8 de Setembro de 1976, para as mercadorias provenientes de donativos à Cáritas Cabo-verdiana;

- s) Isenção do pagamento de imposto de consumo a que se referem as alíneas a) a i) do artigo 4.º do Diploma Legislativo n.º 1 632, de 7 de Dezembro de 1966, na nova redacção que lhe foi dada pelo artigo único do Diploma Legislativo n.º 7, de 3 de Junho de 1972.

2. Todas as pretensões ou assuntos que tenham de ser indeferidos ou ainda a cerca dos quais se suscitarem dúvidas, serão submetidos a despacho do Secretário de Estado de Finanças.

3. A delegação, objecto do presente despacho, deverá ser sempre indicada pelo Director-Geral das Alfândegas nos despachos e resoluções que, ao abrigo da mesma hajam de ser tomadas.

4. O Director-Geral das Alfândegas, na resolução dos assuntos acima enumerados, procederá, sempre, de harmonia com a orientação do Secretário de Estado das Finanças.

5. O Director-Geral poderá delegar, em Ordem de Serviço, a resolução dos assuntos a que se referem as alíneas d) a f), g), exceptuando as respectivas prerrogações, h) a j), do n.º 1 do presente despacho, nos directores das Alfândegas.

Secretaria de Estado das Finanças, 5 de Maio de 1977.
— O Secretário de Estado das Finanças, *José Tomás Wahnon de Carvalho Veiga*.

—o—o—

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Serviço Nacional de Viação

Portaria n.º 14/77

de 7 de Maio

Tornando-se necessário proceder à distribuição de algumas verbas globais atribuídas ao Serviço Nacional de Viação pelo orçamento do ano em curso.

Sob proposta do referido Serviço;

Ouvida a Secretaria de Estado das Finanças;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro de Transportes e Comunicações, o seguinte:

Artigo 1.º As verbas do capítulo 6.º da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, atribuídas ao Serviço Nacional de Viação, são distribuídas como consta do mapa anexo que baixa assinado pelo Chefe do Serviço Nacional de Viação e faz parte integrante desta portaria.

Art. 2.º A Repartição de Finanças de S. Vicente fica autorizada, mediante a apresentação dos competentes justificativos, e cumpridas as formalidades legais, a proceder à liquidação e pagamento das despesas efectuadas por conta das verbas distribuídas à Delegação de S. Vicente.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 7 de Maio de 1977. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

Mapa a que se refere o artigo 1.º da Portaria n.º 14/77

Designação dos departamentos	CAPÍTULO 6.º					
	Deslocações	Equipamentos de Secretaria	Consumos de Secretaria	Conservação e aproveitamento de bens	Encargos próprios das instalações	Comunicações
	Artigo n.º 41.º	Artigo n.º 42.º n.º 1	Artigo n.º 43.º n.º 2	Artigo n.º 44.º	Artigo n.º 45.º n.º 1	Artigo n.º 45.º n.º 2
Serviço Nacional de Viação	24 000\$00	13 000\$00	80 000\$00	4 000\$00	12 500\$00	20 000\$00
Delegação de S. Vicente	3 000\$00	5 000\$00	12 000\$00	5 000\$00	10 000\$00	7 000\$00
Somas... ..	27 000\$00	18 000\$00	72 000\$00	9 000\$00	22 500\$00	27 000\$00
10 % de reserva legal	3 000\$00	2 000\$00	8 000\$00	1 000\$00	2 500\$00	3 000\$00
Totais... ..	30 000\$00	20 000\$00	80 000\$00	10 000\$00	25 000\$00	30 000\$00

Observações: — Com as verbas distribuídas, o Serviço Nacional de Viação e a Delegação de S. Vicente, atenderão os pedidos que lhe forem formulados pelas delegações das ilhas de Sotavento e Barlavento, respectivamente.

Serviço Nacional de Viação, na Praia, 18 de Abril de 1977. — Pelo chefe de Serviço, Virgílio Correia e Silva.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 19 de Abril de 1977:

José Carlos Mendes — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de ajudante de compositor de 2.ª classe da Administração da Imprensa Nacional.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 18.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 27 de Janeiro de 1977:

Maria Manuel Gomes Florentino, assalariado para exercer o cargo de servente da Direcção Nacional de Educação, ficando colocação na Escola Preparatória do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 46.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

De 23 de Abril:

Crisolita Júlia Fernandes Ribeiro, professora do Ensino Primário, da Direcção Nacional de Educação — exonerada a seu pedido, das referidas funções, a partir de 1 de Abril último.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 11 de Março de 1977:

Maria de Fátima Vieira de Melo — assalariada para exercer o cargo de servente da Direcção Nacional de Saúde, ficando colocada no Posto Sanitário de Santa Catarina.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 11.º do orçamento vigente.

De 7 de Abril:

Carlos Alberto Costa, enfermeiro de 2.ª classe, provisório, da Direcção Nacional de Saúde — nomeado, definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Maria Helena Lopes, auxiliar de enfermagem, provisória, da Direcção Nacional de Saúde — reconduzida no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 11.º, da tabela de despesa ordinária do orçamento para 1977.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 22 de Janeiro de 1977:

Edmar Rosa da Cruz Rocha, auxiliar eventual da Delegação do Registo Civil da Ribeira Grande — assalariado para exercer o cargo de servente da mesma Delegação.

As despesas têm cabimento nas dotações inscrita no capítulo 8.º, artigo 44.º do Orçamento vigente.

De 14 de Abril:

José Maria de Pina — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de Carcereiro da Cadeia Civil da Sub-Região Judicial da Brava.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 38.º do orçamento vigente.

Francisco de Deus Monteiro, servente, interino, da Procuradoria da República da Região de Sotavento — nomeado para exercer o cargo de motorista, interino, do Tribunal Judicial da Região de Sotavento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 25.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 17 de Março de 1977:

Concede a aposentação definitiva, nas categorias que se indicam, aos funcionários desligados de serviço para efeitos de aposentação, constantes do presente mapa. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 7 do mês seguinte).

Nome(s)	Categorias	Pensão anual	Tempo de serviço
Da Imprensa Nacional:			
António de Sousa	Compositor de 3.ª classe	55 356\$00	42 anos
Avelino Sanches de Barros	Compositor de 2.ª classe	50 303\$00	36 »
Belarmino Correia	Compositor de 1.ª classe	66 338\$00	45 »
Domíngos Lopes	Compositor de 3.ª classe	55 509\$00	40 »
Silvestre Ramos de Pina	Impressor de 1.ª classe	79 078\$00	45 »
Da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública:			
Alfredo dos Santos	Agente de 1.ª classe	35 636\$00	33 »
António Mendes	Agente de 1.ª classe	34 200\$00	30 »
Augusto Borges de Barros	Agente de 2.ª classe	36 630\$00	33 »
Benjamim Cardoso	Agente de 2.ª classe (P.E.F.)	45 618\$00	34 »
Elias Monteiro Lopes	Agente de 2.ª classe	27 396\$00	30 »
Gregório de Sousa Furtado	Agente de 2.ª classe	42 180\$00	38 »
João Gomes de Oliveira	Guarda Auxiliar de 1.ª classe	49 158\$00	45 »
José Tavares	Agente de 1.ª classe	55 778\$00	44 »
Luís Pereira dos Santos	Agente de 2.ª classe	43 290\$00	39 »
Manuel Nicolau Delgado	Agente de 2.ª classe	33 506\$00	42 »
Pedro Bernardo Fortes	Agente de 2.ª classe	41 070\$00	37 »
Da Direcção Nacional do Comércio:			
Ana Soares de Carvalho	Encarregada de limpeza	19 800\$00	20 »
Cesário Borges de Brito (a)	Servente assalariado	22 137\$00	33 »
Da Direcção Nacional de Finanças:			
António Semedo Tavares	1.º Oficial	133 358\$00	30 »
Leocádio Pires Fernandes	Escriturário	58 913\$00	36 »
Orlando de Almeida Victória	Recebedor de 1.ª classe	112 358\$00	40 »
Da Direcção-Geral das Alfândegas:			
Miguel Almeida	Remador de escaler	15 863\$00	29 »
Venâncio Pereira Moreno	Guarda Fiscal de 1.ª classe	34 928\$00	53 »
Da Direcção Nacional de Educação:			
António Silva Pinto	Professor de posto escolar	25 824\$00	34 »
Armanda de Freitas Silva Ramos (b)	Professora de posto escolar	24 952\$00	29 »
Caetano Sanches de Barros	Professor de posto escolar	54 468\$00	43 »
Imelda de Fátima Braga Santos	Professora de posto escolar	25 313\$00	24 »
Ludovina Nobre Santos	Professora de posto escolar	25 082\$00	33 »
Olga Ramos	Professora de posto escolar	33 730\$00	37 »
Victor do Nascimento Lima	Professor de posto escolar	27 430\$00	31 »
Dos Serviços de Farolagem e Semaforicos:			
André Cardoso	Faroleiro de 2.ª classe	29 946\$00	45 »
Da ex-Brigada de Aguas Subterrâneas:			
António Pedro Fonseca	Operário de 3.ª classe, contratado	54 060\$00	34 »
Da Direcção Nacional de Saúde:			
Amadeu Correia Tavares	Enfermeiro de 1.ª classe	65 100\$00	35 »
Benjamim Saturnino Lima	Enfermeiro de 1.ª classe	57 644\$00	36 »
Cipriano Nunes Leão	Enfermeiro de 1.ª classe	74 400\$00	40 »
Dinis de Pina	Motosta de 1.ª classe	43 890\$00	35 »
Ernesto Varela Tavares	Servente de 1.ª classe	19 920\$00	30 »
Hermínia Rocha	Servente de 1.ª classe	17 004\$00	43 »
Ivo de Pina Furtado	Enfermeiro de 1.ª classe	70 080\$00	40 »
Luís Francisco dos Santos	Enfermeiro de 1.ª classe	44 892\$00	41 »
Mário da Silva Matos (c)	Ajudante Técnico de Radiologia de 2.ª classe	96 659\$00	32 »
Zeferina Senhorina Morais	Servente de 2.ª classe	13 495\$00	26 »

Nomes	Categorias	Pensão anual	Tempo de serviço
Da Direcção Nacional das Obras Públicas:			
Rodrigo Sá Nogueira	Auxiliar de 2.ª classe	75 875\$00	50 anos
Da Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações:			
Alcides Eduardo Coelho de Brito	Guarda fios de 1.ª classe	40 800\$00	34 »
Francisco José Dupret	2.º oficial de exploração	49 208\$00	49 »
Luisa Évora Silva	Distribuidor de 3.ª classe	28 860\$00	26 »
Manuel Nascimento Livramento	1.º oficial de exploração	82 280\$00	31 »
Mar a Júlia Dantas Ferreira	Distribuidor de 1.ª classe	34 416\$00	32 »
Palmira Mendes da Fonseca Monteiro	Telefonista de 1.ª classe	28 847\$00	29 »
Rita de Cássia Braga Ferro Martins da Costa	Telefonista de 2.ª classe	22 669\$00	25 »
Zacarias Manuel Brandão	Servente de 1.ª classe	15 447\$00	22 »
Do Ministério da Justiça:			
António Duarte	Carcereiro do Julgado Municipal de S. Nicolau	47 520\$00	46 »
Manuel da Silva (d)	Carcereiro do Tribunal Judicial da Comarca de Sotavento	30 437\$00	38 »
Da Inspeção do Comércio Bancário:			
Constantina Maria Pereira dos Reis Fançoni	Chefe de Secção	87 815\$00	35 »
Da ex-Residência do Governo:			
Virgílio Rocha Andrade	Motorista	35 208\$00	30 »

- a) Deve descontar, em 94 prestações mensais, a compensação de aposentação, em atraso, no montante de 14 006\$.
- b) Deve descontar, em 96 prestações de 83\$10, a quantia de 7 972\$80, para pagamento de compensação de aposentação atrasada.
- c) Deve descontar a quantia de 7 169\$80, de compensação de aposentação atrasada, em 48 prestações mensais.
- d) O encargo desta pensão pertence ao Estado e à ex-Câmara Municipal da Praia, nas proporções de 350/1000 e 650/1000, correspondentes às pensões anuais de 10 652\$80 e 19 784\$20, respectivamente.

De 31:

Promove nas categorias abaixo indicadas, os funcionários da Direcção Geral da Administração Interna, classificados em concurso, conforme lista publicada no *Boletim Oficial* n.º 49/76, os quais deverão continuar a desempenhar, em comissão de serviço, as funções de Secretário Administrativo:

Chefe de Secção:

Agnelo Boaventura Silva Leite;
José Sebastião Teixeira de Azevedo.

1.º oficial:

António Aires dos Reis Borges;
Adriano Andrade Freire;
Manuel de Nactividade Monteiro;
Paulo Moreno.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

De 1 de Abril:

Olívio Vaz Correia Monteiro, 1.º oficial definitivo da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Secretário Administrativo do concelho da Praia.

Severiano Freire Moreira, 2.º oficial definitivo da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Secretário Administrativo do concelho do Tarrafal.

Angela Cristina Pires Correia, aspirante provisório da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial, mantendo-se colocada no Arquivo Nacional de Identificação Civil.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 28 de Abril de 1977).

Orlando Jesus de Oliveira Duarte, funcionário aposentado — contratado, nos termos do Decreto n.º 21/76, para exercer o cargo de 1.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando rescindido o contrato anterior publicado no *Boletim Oficial* n.º 23/76.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 6.º, artigo 41.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 30 de Abril de 1977).

De 2 de Maio:

Maria Arleth Évora Vieira, dactilógrafa, interina, da Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular — exonerada, a seu pedido, a partir de 30 de Abril do ano em curso.

De 4 de Maio de 1977:

Júlio César Rendall Neves, fiscal do trabalho da Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, em serviço na Delegação Regional de S. Vicente — exonerado a seu pedido, a partir da data de seu ingresso como estagiário do Banco de Cabo Verde.

Despacho do Camarada Secretário de Estado de Finanças:

De 5 de Maio de 1977:

Manuel Domingos Branco Vicente, oficial do quadro técnico-aduaneiro, provisório, da Direcção-Geral das Alfândegas — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de verificador do quadro técnico-aduaneiro da mesma Direcção-Geral, continuando colocado na Alfândega da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 78.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 6 do mesmo mês e ano).

Despacho do Camarada Director Nacional, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 27 de Março de 1977:

João da Veiga, agente de 1.ª classe da Polícia de Ordem Pública — desligado de serviço para efeito de aposentação por ter sido jugado incapaz de todo o serviço, conforme parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sua sessão de 30 de Setembro de 1976, homologado por despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais de 6 de Outubro do mesmo ano, devendo-lhe ser abonada a pensão provisória anual de 51 480\$, sujeita a rectificação, relativa a 39 anos, 1 mês e 23 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo e calculada de harmonia com o artigo 4.º do Decreto n.º 52/75.

O encargo resultante desta pensão tem cabimento na dotação do capítulo 13.º, artigo 93.º, da tabela de despesa ordinária do orçamento da Direcção Nacional de Finanças, para 1977. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 do mês seguinte).

Despachos do Camarada Director-Geral, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 3 de Maio de 1977:

Joana Barreto Monteiro, auxiliar de enfermagem da Direcção Nacional de Saúde — conta, para efeitos de diuturnidade, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 17 de Fevereiro de 1966 a 29 de Fevereiro de 1976	10	—	13

Francisco Ferreira, fiel de armazém da Junta Autónoma dos Portos de Cabo Verde — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
A Administração Colonial Portuguesa:			
De 1 de Maio de 1967 a 4 de Julho de 1975	8	2	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	1	7	18
Soma	9	9	22

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 17 de Maio de 1976	—	10	13
Total	10	8	5

Despacho do Camarada Director Nacional de Saúde, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 13 de Abril de 1977:

Severiano Fernandes Levy, tractorista da Direcção Nacional das Obras Públicas — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Abril findo, que é do teor seguinte:

«Ao examinado devem ser concedidos mais 30 dias para tratamento, findos os quais deve ser de novo presente a esta Junta de Saúde».

Despachos do Camarada Director Nacional de Saúde, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 18 de Abril de 1977:

Joana Almeida Gonçalves Vieira Semedo, aspirante, interino, da Direcção Nacional de Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Março findo, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para S. Vicente afim de ser presente a uma consulta de oftalmologia. A sua permanência nesta ilha faz perigar a função dos órgãos em causa».

Elísio Garcia Mendonça, dactilógrafo, interino, da Direcção Nacional de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Março findo, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado para S. Vicente afim de ser presente a uma consulta de oftalmologia. A função visual corre perigo com a sua permanência nesta ilha».

Emiliano Semedo Brito, topógrafo do Gabinete de Cadastro do Ministério de Desenvolvimento Rural — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Março findo, que é do teor seguinte:

«O examinado deve ser evacuado para S. Vicente afim de ser presente a uma consulta de oftalmologia. A função visual corre perigo com a sua permanência nesta ilha».

De 19:

Maria das Dores Brito Estrela de Sena, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Março findo, que é do seguinte teor:

«A examinada já se encontra apta a retomar as suas funções».

Jorge Silves Ferreira, subchefe da Polícia, da Direcção Nacional de Segurança — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 14 de Abril do corrente ano, que é do teor seguinte:

«O examinado deve retomar as suas funções, mas deve-lhe ser distribuído trabalhos moderados e deve continuar em regime de tratamento ambulatório».

Tito Euclides Gomes da Costa, servente da Direcção Nacional do Comércio — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Março findo, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos mais 30 dias para tratamento, findos os quais deverá ser de novo presente à Junta de Saúde».

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 26 de Abril de 1977:

Sarmento António Lopes, escrivão-contador do Tribunal do Porto Novo, do Ministério da Justiça — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Abril de 1977, que é do teor seguinte:

«Que ao examinado devem ser concedidos mais 45 dias, para tratamento, findos os quais deverá regressar de novo a esta Junta de Saúde».

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 6 de Maio de 1977. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

—o—

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Direcção Nacional de Segurança

Despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 19 de Abril de 1977:

Isidoro Baptista, agente de 2.ª classe n.º 132/360, da Polícia de Ordem Pública — exonerado, a seu pedido, das referidas funções.

Gaudêncio dos Anjos Rodrigues, agente de 2.ª classe n.º 197/636, da Polícia de Ordem Pública — exonerado, a seu pedido, das referidas funções.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública, na Praia, 27 de Abril de 1977. — Pelo comandante-geral, *Nelson A. Ferreira Santos*, inspector.

—o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 31 de Março de 1977:

São nomeados os seguintes professores de serviço eventual do ensino secundário (Liceal e Técnico Profissional), para prestarem serviço durante o ano lectivo de 1976/1977, nos estabelecimentos de ensino que adiante se indicam, devendo entrar, imediatamente, em exercício, por urgen-

te conveniência de serviço público, reconhecida por despacho da mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Liceu «Ludgero Lima»:

Américo Lima Rebelo, licenciado em Direito.
Escola Industrial e Comercial do Mindelo:

Armindo Figueiredo, licenciado em Direito, a partir de 1 de Março:

Filomena D'as Rodrigues, habilitada com o curso geral de comércio, com efeitos a partir de 15 de Março.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos, se comunica que faleceu no dia 17 de Abril de 1977, na ilha do Maio, o professor eventual, de posto escolar, António Octávio Pereira Monteiro.

Direcção Nacional de Educação — Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 28 de Abril de 1977. — O chefe do Departamento, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Direcção Nacional da Saúde

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que tomaram posse os seguintes funcionários da Direcção Nacional de Saúde:

Dr.ª Judith da Cunha Ferro Ribeiro de Oliveira Lima, nomeada Directora-Geral de Farmácia, por despacho de 31 de Dezembro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 15, de 9 de Abril de 1977 — tomou posse do referido cargo em 15 de Abril de 1977.

Dr. Afrânio António José do Rosário, nomeado Director Regional de Saúde de Sotavento por despacho de 31 de Dezembro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 15, de 9 de Abril de 1977 — tomou posse do referido cargo em 15 de Abril de 1977.

António Gonçalves, servente assalariado da Direcção Nacional de Saúde, por despacho de 27 de Setembro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 15, de 9 de Abril de 1977, tomou posse do cargo em 15 de Abril de 1977.

Maria Helena de Barros Fontes, nomeada auxiliar de costura interina, da Direcção Nacional de Saúde, por despacho de 1 de Novembro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 15, de 9 de Abril de 1977, tomou posse do cargo em 15 de Abril de 1977.

Gregória Moreno Borges, servente assalariada da Direcção Nacional de Saúde, por despacho de 11 de Março de 1977 tomou posse do cargo em 15 de Abril de 1977.

Maria Augusta dos Reis Borges, nomeada enfermeira de 2.ª classe, interina, da Direcção Nacional de Saúde, por despacho de 14 de Dezembro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 29 de Janeiro de 1977 — tomou posse do cargo em 27 de Abril de 1977.

Direcção Nacional de Saúde, na Praia, 29 de Abril de 1977. — Pelo Director Nacional, *Henrique Lubrano de Santa Rita Veira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Cotações de câmbios a)

Repartição de Gabinete

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 29 de Abril de 1977:

Dr. Adérito Pereira Brazão de Carvalho, Juiz de Direito do Tribunal Regional de Barlavento — demitido das respectivas funções, nos termos do artigo 354.º, n.º 9, por força do disposto no n.º 8 do artigo 366.º, ambos do Estatuto do Funcionalismo, por abandono de lugar.

De 2 de Maio:

Ana Maria do Rosário Filipe de Sousa Lopes, dactilógrafa, contratada, ora desempenhando as funções de 3.º oficial, interino, da Delegação dos Registos da Ribeira Grande — transferida, por conveniência de serviço, para a Delegação dos Registos de Porto Novo, para desempenhar as mesmas funções.

Repartição de Gabinete do Ministério da Justiça, na Praia, 2 de Maio de 1977. — O chefe de Gabinete, *Hélio Alves Cordeiro Gomes*.

Em 15/4/77

N.º 22/77

Pracas	Unidades e divisas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	58\$42	—\$—
New York	1 Dólar	33\$98	—\$—
Amesterdãe	100 Florins	1 376\$32	—\$—
Bruxelas	100 Francos	93\$50	—\$—
Copenhague	100 Coroa	567\$66	—\$—
Estocolmo	100 Coroa	782\$25	—\$—
Frankfort R. F. A. ...	100 D. Mark	1 432\$87	—\$—
Helsínquia	100 Markkas	888\$51	—\$—
Oslo	100 Coroa	642\$87	—\$—
Otava	1 Dólar	32\$33	—\$—
Paris	100 Francos	683\$61	—\$—
Pretória	1 Rand	38\$82	—\$—
Roma	100 Liras	3\$821	—\$—
Tóquio	100 Iéne	12\$21	—\$—
Viena	100 Xelins	201\$93	—\$—
Zurique	100 Francos	1 350\$30	—\$—
Madrid	100 Pesetas	49\$41	—\$—
Lisboa	100 Escudo	87\$67	—\$—
«Clearings»			
Bissau	100 Pesos	99\$50	—\$—

a) A aplicar nas correspondências.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios

Cotação de câmbios

Em 11/4/77

N.º 21/77

Pracas	Unidades e divisas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	58\$62	59\$92
New York	1 Dólar	34\$21	34\$81
Amesterdão	100 Florins	1 372\$13	1 401\$77
Bruxelas	100 Franco	93\$31	95\$32
Copenhague	100 Coroa	566\$85	579\$65
Estocolmo	100 Coroa	780\$23	797\$21
Frankfort R.F.A. ...	100 D. Mark	1 429\$46	1 460\$28
Helsínquia	100 Markkas	—\$—	—\$—
Oslo	100 Coroa	640\$52	654\$83
Otava	1 Dólar	32\$41	32\$99
Paris	100 Franco	687\$84	701\$32
Pretória	1 Rand	39\$07	40\$31
Roma	100 Liras	3\$846	3\$936
Tóquio	100 Iéne	12\$22	12\$47
Viena	100 Xelins	202\$09	205\$77
Zurique	100 Francos	1 343\$88	1 373\$02
Madrid	100 Pesetas	49\$63	50\$75
Lisboa	100 Escudo	88\$18	90\$33
«Clearings»			
Bissau	100 Pesos	100\$00	100\$00

Cotações de câmbios

Em 15/4/77

N.º 22/77

Pracas	Unidades e divisas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	58\$72	59\$82
New York	1 Dólar	34\$16	34\$77
Amesterdão	100 Florins	1 383\$24	1 413\$19
Bruxelas	100 Francos	93\$97	96\$00
Copenhague	100 Coroa	570\$52	583\$49
Estocolmo	100 Coroa	786\$19	803\$32
Frankfort R. F. A. ...	100 Deut Mark	1 440\$08	1 471\$13
Helsínquia	100 Markkas	892\$98	921\$35
Oslo	100 Coroa	646\$11	660\$55
Otava	1 Dólar	32\$50	33\$10
Paris	100 Francos	687\$05	700\$55
Pretória	1 Rand	39\$02	40\$27
Roma	100 Liras	3\$841	3\$931
Tóquio	100 Iéne	12\$28	12\$68
Viena	100 Xelins	202\$95	207\$37
Zurique	100 Francos	1 357\$09	1 386\$59
Madrid	100 Pesetas	49\$66	50\$78
Lisboa	100 Escudo	88\$12	90\$27
«Clearings»			
Bissau	100 Pesos	100\$00	100\$00

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 15 de Abril de 1977. — Pela Direcção, *António José Lopes da Luz*.

COMPANHIA DE SEGUROS ULTRAMARINA
Conta de «Ganhos e Perdas» em 31 de Dezembro de 1976

CABO VERDE

Débito	Vida	Acidentes trabalho	Acidentes pessoais	Fogo	Agrícola e pecuário	Automóveis e Resp. civil	Marítimo	Transportes terrestres	Aéreos	Diversos	Contas gerais	Sub-totais	Totais
DÉBITO:													
RESERVA MATEMÁTICA:													
De seguros directos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros cedidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
RESERVA DE GARANTIA:													
De seguros directos	—\$	4 352\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	22\$00	—\$	4 374\$00	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros cedidos	—\$	—\$	—\$	1 867\$00	—\$	2 393\$00	54 688\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	58 948\$00	63 322\$00
PROVISÕES:													
Para prémios em cobrança	—\$	—\$	—\$	16 859\$60	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	16 859\$60
AMORTIZAÇÕES:													
De seguros directos	—\$	5 926\$70	—\$	42 758\$50	—\$	18 197\$70	116 817\$00	—\$	—\$	77\$60	—\$	183 777\$50	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Despesas de aquisição	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
INDEMNIZAÇÕES:													
De seguros directos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Do exercício	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	200 000\$00	50 361\$80	—\$	—\$	—\$	—\$	250 361\$80	—\$
De exercício anteriores (reajustamento)	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	1 265\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	1 265\$00	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	200 000\$00	51 626\$80	—\$	—\$	—\$	—\$	251 626\$80	251 626\$80
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS:													
Prémios	—\$	477\$00	—\$	113 599\$40	—\$	27 113\$90	249 215\$00	—\$	—\$	218\$50	—\$	390 623\$80	—\$
Juros	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
DESPESAS GERAIS:													
Administração	—\$	378\$00	—\$	1 899\$50	—\$	1 278\$70	6 075\$80	—\$	—\$	4\$30	—\$	9 636\$30	—\$
Impostos	—\$	7 271\$60	—\$	36 546\$00	—\$	24 602\$10	116 895\$30	—\$	—\$	83\$00	—\$	185 398\$00	195 034\$30
ENCARGOS DIVERSOS:													
SALDO	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
	—\$	18 405\$30	—\$	213 530\$00	—\$	273 585\$40	595 317\$90	—\$	—\$	405\$40	321 845\$80	321 845\$80	1 423 089\$80
CREDITO:													
RESERVA MATEMÁTICA:													
De seguros directos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros cedidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Reserva de garantia:													
De seguros directos	—\$	—\$	—\$	9 932\$00	—\$	11 285\$00	43 619\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	64 836\$00	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros cedidos	—\$	46\$50	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	11\$00	—\$	—\$	57\$50	64 893\$50
PROVISÕES:													
Para prémios em cobrança	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	40 319\$60	565\$00	—\$	927\$80	—\$	—\$	—\$	41 812\$40
PRÉMIOS E SEUS ADICIONAIS:													
De seguros directos	—\$	43 203\$00	—\$	211 041\$10	—\$	141 656\$40	687 473\$50	—\$	—\$	489\$40	—\$	1 083 863\$40	—\$
De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS:													
Comissões	—\$	—\$	—\$	58 469\$20	—\$	6 656\$60	86 212\$10	—\$	—\$	94\$20	—\$	151 432\$10	—\$
Indemnizações	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	40 000\$00	15 488\$10	—\$	—\$	—\$	—\$	55 488\$10	206 920\$20
RENDIMENTOS:													
Das reservas técnicas de seguros directos	—\$	263\$10	—\$	7 413\$10	—\$	5 402\$40	11 268\$20	—\$	—\$	6\$50	—\$	24 353\$30	—\$
Das reservas técnicas de resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De valores livres	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
RECEITAS DIVERSAS:													
	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	1 247\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
	—\$	43 512\$60	—\$	286 855\$40	—\$	246 567\$00	844 625\$90	—\$	927\$80	601\$10	—\$	321 845\$80	1 423 089\$80

Compainhia de Seguros Ultramarina — Agência no Estrangeiro

Balanco Geral em 31 de Dezembro de 1976

CABO VERDE

Activo	Vida	Aciden-tes trabalho	Restantes Ramos	Contas gerais	Sub-totais	Totais	Passivo	Vida	Aciden-tes trabalh.	Restantes Ramos	Contas gerais	Sub-totais	Totais
ACTIVO							PASSIVO						
RESERVA MATEMÁTICA:							Reserva matemática:						
De resseguros cedidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De seguros directos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
RESERVA DE GARANTIA:							De resseguros aceites:						
De resseguros cedidos	—\$	80\$00	68 189\$00	—\$	—\$	68 269\$00	De seguros directos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Reserva de seguros vencidos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros cedidos	—\$	—\$	18 282\$60	—\$	—\$	18 282\$60	Reserva de garantia:						
Valores de emp. das reservas	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De seguros directos	—\$	7 201\$00	186 406\$00	—\$	—\$	193 607\$00
Títulos de crédito e numerário:	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Próprios	—\$	—\$	—\$	359 720\$00	359 720\$00	—\$	Reserva de seguros vencidos:						
De resseguradores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De seguros directos	—\$	—\$	21 498\$20	—\$	—\$	21 498\$20
Imóveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Empréstimos sobre apólices	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Credores por valores em depósito:						
Empréstimos hipotecários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Vários	—\$	2 500\$00	—\$	—\$	—\$	2 500\$00
Empréstimos sobre títulos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Resseguradores	—\$	—\$	—\$	3 170\$00	3 170\$00	5 670\$00
VALORES EM DEPÓSITO:	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Credores gerais:						
De vários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Segurados correspondentes e angariadores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguradores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Ressegurados	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
CREDORES POR VALORES EM DEPÓSITO:							Resseguradores						
Vários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Outros	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Ressegurados	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Indemnizações a pagar:						
Imóveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De seguros directos	—\$	—\$	218 138\$00	—\$	—\$	218 138\$00
Mobiliário e material	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	De resseguros aceites	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Empréstimos hipotecários	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Comissões a pagar	—\$	—\$	19 689\$40	—\$	—\$	19 689\$40
Empréstimos sobre títulos	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Provisões:						
ACCIONISTAS	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Para prém. em cobrança	—\$	—\$	32 073\$00	—\$	—\$	32 073\$00
DEVEDORES GERAIS:							Diversas						
Segurados, correspondentes e angariadores	—\$	—\$	—\$	73 866\$10	73 866\$10	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	33 847\$70	33 847\$70	65 920\$70
Ressegurados	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Sede						
Resseguradores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Saldo anterior	—\$	—\$	—\$	1 564 476\$70	1 564 476\$70	—\$
Outros	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	Fundo para Flutuação de valores	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Quotas-partes de indemnizações a receber	—\$	—\$	29 391\$00	—\$	—\$	—\$	Resultados	—\$	—\$	—\$	321 845\$80	321 845\$80	2 081 059\$90
PRÉMIOS EM COBRANÇA:							Flutuação de Valores — Imóveis						
Na agência geral	—\$	—\$	121 510\$99	—\$	—\$	121 510\$99	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Nos sub-agentes	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Letras a receber	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Títulos de crédito	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Depósitos em bancos	—\$	—\$	—\$	1 678 054\$50	1 678 054\$50	1 739 806\$20	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Caixa	—\$	—\$	—\$	61 751\$70	61 751\$70	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
SEDE:							Flutuação de Valores — Títulos						
Flutuação de Valores — Títulos	—\$	—\$	—\$	194 737\$40	194 737\$40	194 737\$40	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Flutuação de Valores — Imóveis	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
	—\$	80\$00	237 373\$50	1 368 129\$70	—\$	2 605 583\$20	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

ESCRITURA DE RECTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Serviços das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, director da Alfândega da Praia.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2 e 3 da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são, por este meio, notificados os consignatários das seguintes mercadorias, a despachá-las, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de não o fazendo, serem as mesmas vendidas em hasta pública:

Casa do Leão — S. Vicente — 1 cartão com conteúdo ignorado — C.P. 67816486.

A. L. S. Vicente — 1 cartão com conteúdo ignorado — C.P. 11748911.

Hugo Montrond — Atalaia — Fogo — 1 pacote, com conteúdo ignorado — C.P. 18980356.

Int'l Airport Jamaica — 6 cartões com conteúdo ignorado — C.P. — 63406840.

E para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 2 de Maio de 1977. — O director, Daniel Andrade Sousa.

(43)

EDITAL

Daniel Andrade de Sousa, director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 45 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que, no dia 20 de Maio próximo, pelas 10 horas, no recinto desta Alfândega, se procederá a venda em hasta pública (2.ª praça) da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo do Contencioso Administrativo n.º 74/76.

Lote único: — Constituído por uma mala contendo 107 calças de fibra artificial e 57 calças de algodão, com o peso bruto de 89 quilos, de origem portuguesa na base de licitação de 4 997\$.
A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 5 de Maio de 1977. — O director, Daniel Andrade Sousa.

(44)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REGIÃO DE SOTAVENTO

Tribunal Judicial da Região de Sotavento

SERVIÇO DO NOTARIADO

CERTIDÃO

Luis de Almeida Cardoso, Júnior, Notário do Primeiro Cartório da Região de Sotavento da República de Cabo Verde.

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que de folhas vinte e dois a vinte e três do livro de notas para escrituras diversas número trezentos e sessenta, do cartório a meu cargo, se acha exarada a escritura cujo teor é como segue:

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade da Praia e Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento, perante mim Notário, Luis de Almeida, Cardoso, Júnior, compareceram como outorgantes:

Primeiro) — O Senhor José Joaquim Lopes da Silva, outorgando por si e, no uso do pátrio poder, como representante legal de seus filhos menores: — a) Maria José da Cruz Lopes da Silva, de dezoito anos de idade, estudante; — b) José Joaquim da Cruz Lopes da Silva, de dezoisete anos de idade, estudante; — c) Luis Filipe de Andrade Madeira, Lopes da Silva, de doze anos de idade, estudante; — d) Livia Margarida de Andrade Madeira Lopes da Silva, de onze anos de idade, estudante; — e) Armando Aires de Andrade Macêira Lopes da Silva, de oito anos de idade, estudante; e — f) Hélder Augusto de Andrade Macêira Lopes da Silva, de dois anos de idade, naturais da ilha de Santiago, residentes nesta cidade.

Segunda) — A Senhora Haycêe Andrade Madeira Lopes da Silva, comerciante e proprietária, casada, residente nesta cidade.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por meu conhecimento pessoal. E pelos outorgantes foi dito:

Que, por escritura de quinze de Abril do ano em curso, lavrada de folhas sete verso a osze do livro de notas para escrituras diversas número trezentos e sessenta deste Primeiro Cartório Notarial, eles outorgantes constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos e com as cláusulas dela constantes, que aqui se dão por reproduzidas.

Na cláusula primeira, sobre a denominação, por lapso, ficou mencionado que a sociedade, ora constituída, adopta a firma Estabelecimento Bossa Nova, Limitada, quando devia ser «Estabelecimentos Bossa Nova, Limitada», designação que já o anterior estabelecimento comercial Bossa Nova usava.

No parágrafo terceiro da cláusula sétima, sobre a Administração, também por lapso, ficou mencionado «na ausência dos sócios-gerentes fará as vezes a pessoa que os sócios designarem, a qual fica proibida de obrigar a sociedade, designadamente em letras de favor, abonações, fianças e mais actos de documentos de interesse alheio aos dos negócios da sociedade».

Que, assim, pela presente escritura e para todos os efeitos legais, rectificam a denominação Estabelecimento Bossa Nova para «Estabelecimentos Bossa Nova», bem como o parágrafo terceiro da cláusula sétima, que passa a ter a seguinte redacção:

«Na ausência dos sócios-gerentes fará as vezes a pessoa que os mesmos designarem, a qual fica proibida de obrigar a sociedade em atos e contratos estranhos ao objecto da sociedade, designadamente em letras de favor, abonações e fianças».

Está conforme.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento, na Praia, aos sete de Maio de mil novecentos e setenta e sete. — O Notário do 1.º Cartório, Luis de Almeida Cardoso, Júnior.

CONTA:

Artigo 18.º, n.ºs 1 e 2 ...	40\$00
Cofre Geral	4\$00
Taxa de reembolso ...	4\$00
Selos	30\$00 = 78\$00

(Setenta e oito escudos)

Conferida. Registada sob o n.º 16.

(45)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
REGIÃO DE BARLAVENTO

Juízo de Direito da Região de Barlavento

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Cartório do Juízo de Direito desta Região de Barlavento, na execução para pagamento de quantia cerca, com processo sumário, movida pelos exequentes Dr. Daniel Alves Tavares, médico e proprietário, e mulher D. Ida Lopes da Silva Tavares, residentes na vila da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão, contra os executados João Marciano Tavares, Albino Ferreira Fortes, mais dado por Albino Fortes e «Bebino» e outros, todos maiores, residentes no sítio de Chão de Lobinho, freguesia de Santo Crucifixo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, à excepção do d.º Albino Ferreira Fortes, ora ausente em parte incerta, é este réu citado para, no prazo de 5 (cinco) dias e finda a dilação de 15 (quinze) dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzir oposição ou contestar a liquidação nos referidos autos, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que os exequentes deduzem naquele processo e que consiste em ser a liquidação julgada provada e procedente, decidindo-se que o valor dos prejuízos

causados aos exequentes pelos ditos executados é de 75 490\$ (setenta e cinco mil quatrocentos e noventa escudos), com custas, selos e máximo de procuradoria.

Mindelo, 28 de Abril de 1977. — O Juiz de Direito, *João Henrique de Oliveira Barros*.

O escrivão por substituição, *ilegível*.

(46)

—o—o—o—

Igreja do Nazareno
Superintendência do Distrito

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se publica os nomes dos membros que constituem o Comité Executivo da Igreja do Nazareno de Cabo Verde:

Presidente: Rev. Francisco Xavier Ferreira;

Vogais cléricos: Rev. Alvaro Barbosa Andrade;

Rev. Gilberto Sabino Évora;

Vogais leigos: Sra. D. Isménia Heenan;

Sr. Lourenço dos Reis Lima;

Missionários: Rev. Roy Malcom Henck;

Rev. Duane Elan Sraçer;

Secretário: Pastor Mário Daniel Silva Lima;

Tesoureiro: Rev. António Marcelino Barbosa.

Igreja do Nazareno — Superintendência do Distrito, na Praia, 6 de Maio de 1977. — O Superintendente, *Francisco Xavier Ferreira*.

(47)